

VALOR ADICIONADO DO SETOR DE CARNES NO BRASIL: UMA ANÁLISE DAS EMPRESAS LISTADAS NA B3 NO PERÍODO 2012-2017

Michel Ângelo Constantino de Oliveira¹

Robert Armando Espejo²

Marcus Vinícius Pereira Guasso³

Eloir de Oliveira Gondrige⁴

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo caracterizar o comportamento da distribuição do valor adicionado das empresas listadas na B3 relacionadas ao setor de carnes e derivados, relativo ao período de 2012 a 2017. Para este fim, utilizou-se o método da técnica de Análise Vertical e Horizontal para calcular as variações ocorridas na Demonstração do Valor Adicionado - DVA. Conforme preconiza o CPC 09 a DVA é um instrumento importante que busca agregar uma maior transparência na distribuição de recursos aos diversos integrantes do cenário empresarial, visando demonstrar aos usuários sua participação no contexto social. Para o desenvolvimento da pesquisa e obtenção dos dados a metodologia adotada foi de caráter descritivo, quantitativo, por meio de análise de dados secundários. A pesquisa realizada evidenciou uma distinção de comportamento entre as empresas do setor conforme os indicadores apresentados, restando claro o impacto sofrido no setor de carnes e derivados em função das questões políticas e dos escândalos envolvendo empresas do setor no Brasil no período em análise.

Palavras-chave: Demonstração do Valor Adicionado, Análise Vertical, Análise Horizontal.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um dos países que apresenta grande capacidade produtiva, levando em consideração a sua extensão territorial, com 8.515.692,27 km², distribuído por 27 Unidades da Federação, apresentando uma vantagem em termos de clima e de espaço útil para diversas finalidades, o que torna altamente capaz para atender ofertas e demandas de mercado (IBGE, 2010).

O Censo Demográfico ainda destaca que no ano de 1950 eram apresentados uma população de 51.944.397 habitantes, sendo 18.782.891 na área urbana e 33.161.506 na área rural, comparando

¹ Doutor em Economia pela Universidade Católica de Brasília (UCB), Mestre em Desenvolvimento Local (UCDB) e Administrador. Professor nos Programas de Doutorado em Ciências Ambientais e Sustentabilidade Agropecuária e em Desenvolvimento Local, e-mail michel@ucdb.br.

² Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Maringá - UEM e Especialização em Contabilidade e Controladoria pela UEM. Mestre em Contabilidade – UFPR. Doutorando em Ciências Ambientais e Sustentabilidade Agropecuária pela Universidade Católica Dom Bosco, e-mail robert.unicon@gmail.com

³ Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul(2017), e-mail mvguasso@gmail.com.

⁴ Graduação em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Anhanguera de Campo Grande(2010), e-mail eloirgondrige@gmail.com.

com a última avaliação a população chegou a 190.755.799 habitantes, sendo 160.925.792 na área urbana e 29.830.007 na área rural (IBGE,2010). Por meio destes números é possível destacar dois pontos importantes: (a) a evolução no crescimento da população, o que faz pensar na quantidade de produtos básicos que seriam necessários produzir para não faltar alimento na mesa da população; e (b) a clara mudança territorial da pessoa que vivia antes mais na área rural e hoje nota-se sua migração para áreas mais urbanas, sendo justificada em parte pelo crescente uso tecnológico e por uma busca de melhoria de vida nos grandes centros, por meio de empregos vinculados ao setor de serviços, comércios e indústrias.

Nesse sentido, percebe-se que o Brasil vem cumprindo seu papel de produtor, atendendo tanto o mercado interno como também o mercado externo, realizando grandes negociações no mercado internacional por meio das commodities agrícola e minerais, onde a agropecuária acaba se destacando nesse cenário altamente competitivo, e na área de pecuária bovina cabe destaque ao estado de Mato Grosso do Sul.

À vista destas considerações, a questão problema do estudo é apresentada como sendo: Qual o comportamento das empresas listadas na B3 do setor de carnes e derivados com relação à distribuição do valor adicionado? E seu objetivo, portanto, é identificar e analisar o comportamento da distribuição do valor adicionado das empresas listadas na B3 relacionadas ao setor de carnes e derivados, relativo ao período de 2012 a 2017.

A DVA é um instrumento importante que busca agregar uma maior transparência na distribuição de recursos aos diversos integrantes do cenário empresarial, visando demonstrar aos usuários sua participação no contexto social (SANTOS, 2003). A escolha do tema se deu pela obrigatoriedade da evidenciação da DVA no mercado mundial e por ser também uma ferramenta de suma importância que pode ser usada para avaliação da eficiência na geração de riquezas e medição do desempenho social, onde está evidenciada a distribuição de riquezas geradas ou agregadas pelas empresas. Denota-se, portanto que além do objetivo principal que é auferir lucro, as empresas acabam assumindo de forma direta ou indireta outras responsabilidades, em especial na área social. A análise adequada de tal relatório permitirá ter uma visão melhor do grau de envolvimento e repartição das riquezas evidenciadas pelas empresas na sua DVA, por se tratar de um demonstrativo que é capaz de evidenciar tanto seus aspectos econômicos, quanto os sociais, inovando o enfoque utilizado até então, e se constituindo em uma das mais ricas demonstrações para aferição dessas relações.

A justificativa para escolha do setor de estudo foi pela observação de que o Brasil tem o segundo maior rebanho mundial de pecuária bovina, perdendo apenas para Índia. Em nível de exportação

para comercialização, segundo o IBGE em seu último CENSO AGRO (2017), conforme dados relativos na data de referência de 30/09/2017, o estado do Mato Grosso do Sul ficou em 3º lugar em número de rebanhos a nível nacional, ficando apenas atrás de Minas Gerais e Mato Grosso, sendo que este último ficou em 1º lugar com aproximadamente 24 milhões de cabeças de gado bovino. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA apresentou, em seu plano agrícola 2018-2019, uma redução na taxa de juros do crédito rural na ordem de 1,50 pontos percentuais no segmento. De certa forma, pode-se considerar como um incentivo para o pecuarista continuar a desenvolver o seu papel e continuar crescendo. Além disso, foram aprovados recursos para financiamentos e apoio à comercialização da produção brasileira, dividindo parte para o crédito de custeio e outra para os investimentos.

A presente investigação possui caráter descritivo e quantitativo, por meio de análise de dados secundários (GIL, 2002). Os dados apresentados nas Demonstrações de Valor Adicionado das empresas foram retirados das próprias informações apresentadas pelas empresas no sítio da B3.

O presente artigo está organizado em quatro partes, além desta introdução. A seção dois dedica-se ao referencial que aborda a demonstração do valor adicionado, o índice de Análise Vertical e Horizontal. O tópico três descreve a metodologia empregada. Na sequência, são analisados os dados e os resultados da associação entre a riqueza distribuída e os indicadores de Análise. No tópico 5 são descritas as considerações finais e, por fim, as referências bibliográficas.

2 REFERENCIAIS TEÓRICOS

2.1 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) busca ser uma forma de evidenciar o processo de formação e distribuição da riqueza gerada pelas entidades, enriquecendo as informações disponíveis aos tomadores de decisão quanto à participação social e econômica da empresa na sociedade em que está inserida.

Tornou-se uma demonstração obrigatória para as empresas de capital aberto graças à Lei nº 11.638/07 que, entre outros aspectos, acrescentou-a pelo inciso V ao Art. 176 da Lei nº 6.404/76 que determina quais demonstrações financeiras deverão ser elaboradas ao fim do exercício social de modo a elucidar as variações e corrente situação patrimonial da entidade.

Embora a Lei nº 11.638/07 não traga um modelo específico de apresentação, estipula uma definição do que, no mínimo, a DVA deve apresentar “o valor da riqueza gerada pela companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não

distribuída”.

Essa demonstração também foi alvo do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo tema do CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (DVA), onde são destacadas algumas características das informações contidas na DVA como o contexto macroeconômico da informação, buscando apresentar a parcela da contribuição que a entidade tem na formação do Produto Interno Bruto (PIB). Ressalva-se, porém a diferença temporal existente entre o modelo econômico da apuração do PIB, que é baseado na produção; e o modelo contábil da apuração do valor adicionado, que é baseado na realização das receitas seguindo o princípio da competência. Sendo, portanto, a diferença contida no estoque como fator destoante entre os valores.

Com a promulgação da Lei nº 11.638/2007 a demonstração da DVA passou ser obrigatória para empresas que tinham seu capital aberto e eram listadas na B3 Bolsa de Valores de São Paulo, sendo fundamental para facilitar a visualização da distribuição de riqueza que era entregue para sociedade, proporcionando aos usuários um maior nível informacional.

Segundo Cunha, Ribeiro e Santos (2005, p.9), “Dentre as vertentes do Balanço Social, destaca-se a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que produz informações referentes à riqueza gerada pela empresa e a forma como foi feita sua distribuição aos agentes econômicos que ajudaram a produzi-la: os empregados, o governo, e os detentores de capitais, sócios, acionistas e financiadores externos.” Neste sentido, dentre as diversas teorias existentes, tem-se a teoria do empreendimento onde a empresa é vista como uma organização social que tem um determinado valor e representação perante um vasto número de envolvidos que acabam se beneficiando com a estrutura organizacional do empreendimento (HENDRIKSEN, 1982).

Para De Luca (1998, p. 28), “A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é um conjunto de informações de natureza econômica. É um relatório contábil que visa demonstrar o valor da riqueza gerada pela empresa e a distribuição para os elementos que contribuíram para sua geração.”, considerando um número maior de envolvidos na geração da riqueza.

Segundo Assaf Neto (2006, p.108) “A DVA é um componente do Balanço Social da entidade. De maneira geral, a DVA é a demonstração do quanto a empresa agregou de valor no período relacionado e informado.” Assim como a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresenta o retorno para os sócios e acionistas, a DVA vai além e demonstra também como se deu a distribuição de riqueza para os demais agentes, distribuídos em: Pessoal, Impostos, Remuneração de capitais de terceiros e capitais próprios.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) nº 09 publicou em 2008 o modelo 1 de DVA – Empresas em Geral e se apresenta no *Quadro 01*.

Quadro 1 – Demonstração do Valor Adicionado – Empresas em Geral

<p>1 – RECEITAS</p> <p>1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços</p> <p>1.2) Outras receitas</p> <p>1.3) Receitas relativas à construção de ativos próprios</p> <p>1.4) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão</p> <p>2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)</p> <p>2.1) Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos</p> <p>2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros</p> <p>2.3) Perda / Recuperação de valores ativos</p> <p>2.4) Outras (especificar)</p> <p>3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1–2)</p> <p>4 – DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO</p> <p>5 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3–4)</p> <p>6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSF.</p> <p>6.1) Resultado de equivalência patrimonial</p> <p>6.2) Receitas financeiras</p> <p>6.3) Outras</p> <p>7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)</p>	<p>8 – DISTRIBUIÇÃO</p> <p>8.1) Pessoal</p> <p>8.1.1 – Remuneração direta</p> <p>8.1.2 – Benefícios</p> <p>8.1.3 – FGTS</p> <p>8.2) Impostos, taxas e contribuições</p> <p>8.2.1 – Federais</p> <p>8.2.2 – Estaduais</p> <p>8.2.3 – Municipais</p> <p>8.3) Remuneração de capitais de terceiros</p> <p>8.3.1 – Juros</p> <p>8.3.2 – Aluguéis</p> <p>8.3.3 – Outras</p> <p>8.4) Remuneração de Capitais Próprios</p> <p>8.4.1 – Juros sobre o Capital Próprio</p> <p>8.4.2 – Dividendos</p> <p>8.4.3 – Lucros Retidos/Prejuízo do exercício</p> <p>8.4.4 – Participação dos não-controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)</p>
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

2.2 ANÁLISE VERTICAL (AV) E ANÁLISE HORIZONTAL (AH)

Uma forma eficiente de análise das demonstrações contábeis é a comparação de valores entre entidades de um mesmo setor e/ou com o setor de forma geral. Nesse sentido, destaca-se a Análise Vertical (AV) que é a comparação de valores num aspecto estrutural, onde usando um valor específico como base, encontra-se a porcentagem dos demais valores em relação ao valor destacado (ASSAF NETO, 2006).

A Análise Vertical pode ser aplicada na Demonstração do Valor Adicionado tanto na estruturação da formação da riqueza, onde utiliza-se a receita como base; quanto na distribuição dessa riqueza gerada, onde utiliza-se o valor adicionado a distribuir como valor base. Outro ponto importante que pode servir tanto numa análise paralela das demonstrações contábeis ou mesmo como forma de aprimorar a AV é a comparação ao longo dos períodos destacados, buscando mostrar uma evolução ou involução dos valores encontrados. Aplicando, assim, a Análise Horizontal (AH).

Como destaca Matarazzo (2010, p.174), “A Análise Horizontal pode ser efetuada através do cálculo das variações em relação a um ano-base – quando será denominada Análise Horizontal encadeada – ou em relação ao ano anterior – quando será denominada Análise Horizontal anual”,

ou seja, pode ser feita na sua forma “anual” onde é usado como base o período imediatamente anterior, de forma a mostrar a evolução (ou involução) de ano a ano; ou de forma “encadeada” onde é destacado um período específico como base, geralmente o período mais antigo da série, de forma a padronizar a evolução, ficando mais fácil de destacar picos de evolução ou involução.

De acordo com Assaf Neto (2006, p.116) “As duas principais características de análise de uma empresa são a comparação dos valores obtidos em determinado período com aqueles levantados em períodos anteriores e o relacionamento desses valores com outros afins”, mostrando que é possível realizar o cálculo da variação percentual com que a empresa se encontra em determinados períodos.

Segundo Matarazzo (2010, p.176), as análises vertical e horizontal possibilitam “...localizar pontos específicos de falhas, problemas e características da empresa e explicar os motivos de a empresa estar em determinada situação.” Ou seja, demonstra como e onde a empresa está focando os seus recursos, podendo avaliar pela técnica se está havendo uma variação significativa ou não para o segmento onde atua.

3 METODOLOGIA

A presente investigação possui caráter descritivo (Gil, 2002), quantitativo, por meio de análise de dados secundários. Os dados apresentados nas Demonstrações de Valor Adicionado das empresas foram retirados das próprias informações apresentadas pelas empresas no sítio da B3. Foram analisados dados de 6 empresas do subsetor de carnes e derivados, destacadas a seguir: BRF, MARFRIG, JBS, EXCELSIOR, MINERVA e MINUPAR. O período analisado foi de 2012 a 2017.

Em posse desses dados foi elaborada a Análise Vertical, onde foram utilizadas as Receitas destacadas em cada DVA como referência das porcentagens da formação de riqueza e o valor da Distribuição do Valor Adicionado para porcentagens da distribuição dessa riqueza. Em seguida, para a realização da Análise Horizontal, foi estipulado o ano de 2012 como base, relacionando os valores encontrados nos demais anos com este em forma de índice, onde 1,00 representa 100%, ou seja, um valor igual ao encontrado no ano base.

Foram analisados 8 indicadores no período, sendo eles: Indicador I - Parcela dos insumos; Indicador II - Parcela líquida produzida; Indicador III - Parcela a ser distribuída; Indicador IV - Variação anual da parcela a ser distribuída; Indicador V - Participação de pessoal; Indicador VI - Participação do governo; Indicador VII - Participação de financiadores; e Indicador VIII - Participação da remuneração de capitais próprios.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 ANÁLISE VERTICAL E ANÁLISE HORIZONTAL DA DVA

Para melhor visualização dos dados a serem apresentados nas tabelas a seguir, optou-se pela utilização das siglas presentes no *Quadro 2*.

Quadro 2 – Legendas utilizadas na elaboração das tabelas

REC	Receitas	VAD	Valor Adicionado a ser Distribuído
IAT	Insumos Adquiridos de Terceiros	DVA	Distribuição do Valor Adicionado
VAB	Valor Adicionado Bruto	PES	Pessoal
RET	Retenções	ITC	Impostos, Taxas e Contribuições
VAL	Valor Adicionado Líquido	RCT	Remuneração de Capitais de Terceiros
VAR	Valor Adicionado Recebido em Transferências	RCP	Remuneração de Capitais Próprios

Fonte: Elaboração própria.

Usando os dados da DVA de cada empresa como base, foi efetuada a Análise Vertical e Análise Horizontal de cada DVA, ficando representado como se deu a formação e distribuição da riqueza gerada por cada entidade, destacados da *Tabela 1* até a *Tabela 6* (a seguir).

Tabela 1 – Análise Vertical e Horizontal da DVA da empresa BRF de 2012 a 2017

BRF									
	2012	2013		2014	2015	2016		2017	
	AV%	AV%	AH	AV%AH	AV%AH	AV%	AH	AV%	AH
REC	100,00	100,00	1,058	100,001,108	100,001,232	100,00	1,298	100,00	1,245
IAT	68,41	66,22	1,024	62,181,007	60,591,091	67,96	1,289	66,83	1,217
VAB	31,59	33,78	1,131	37,821,326	39,411,536	32,04	1,316	33,17	1,307
RET	3,19	3,57	1,186	3,761,305	3,621,397	4,18	1,701	5,21	2,035
VAL	28,41	30,21	1,125	34,061,328	35,791,552	27,87	1,273	27,96	1,226
VAR	3,71	2,68	0,763	4,931,471	8,932,963	6,27	2,192	4,27	1,433
VAD	32,12	32,88	1,083	38,991,345	44,721,715	34,14	1,379	32,23	1,249
DVA	100,00	100,00	1,083	100,001,345	100,001,715	100,00	1,379	100,00	1,249
PES	38,28	38,82	1,099	31,971,123	29,281,312	37,27	1,343	44,49	1,452
ITC	33,75	32,79	1,052	28,941,153	19,801,006	28,33	1,158	31,32	1,160
RCT	19,50	18,47	1,026	22,371,543	32,822,887	37,21	2,632	33,45	2,144
RCP	8,47	9,91	1,267	16,722,653	18,103,663	-2,80	-0,456	-9,26	-1,366

Fonte: Elaboração própria.

A empresa “BRF” apresentou em 2012 a porcentagem de Insumos Adquiridos de Terceiros de 68,41%, maior dos períodos, ocasionando um Valor Adicionado a Distribuir de 32,12%, o menor da série. Embora a maior porcentagem de IAT seja em 2012, o índice de 1,289, maior encontrado, foi registrado em 2016, onde o IAT chegou a 67,96%. Já o VAD teve seu pico de 44,72% em 2015 tanto em valores relativos quanto em índice, que ficou 1,715. A empresa teve entre os itens analisados uma boa distribuição de riquezas com pessoal no período evidenciado com uma média de 36,68%, mantendo um índice bom, mas no entanto quando focamos nossas análises na distribuição de capital próprio principalmente nos de 2016 e 2017 houve prejuízos crescentes atingindo neste último ano um índice negativo de 1,366.

Tabela 2 – Análise Vertical e Horizontal da DVA da empresa EXCELSIOR de 2012 a 2017

EXCELSIOR							
	2012	2013		2014	2015	2016	2017
	AV%	AV%	AH	AV%AH	AV%AH	AV%AH	AV%AH
REC	100,00	100,00	1,247	100,001,266	100,001,170	100,001,413	100,001,662
IAT	58,96	56,61	1,197	57,681,239	59,741,186	54,901,316	56,221,585
VAB	41,04	43,39	1,318	42,321,306	40,261,148	45,101,553	43,781,774
RET	0,41	0,54	1,657	0,742,299	1,042,986	1,615,599	1,496,084
VAL	40,63	42,84	1,314	41,581,296	39,221,130	43,491,513	42,291,730
VAR	0,48	0,19	0,488	0,792,090	1,593,896	0,601,781	0,351,231
VAD	41,11	43,03	1,305	42,371,305	40,811,162	44,091,516	42,641,725
DVA	100,00	100,00	1,305	100,001,305	100,001,162	100,001,516	100,001,725
PES	30,29	24,27	1,046	26,051,122	32,321,240	31,141,558	32,321,840
ITC	55,30	56,81	1,341	58,591,383	56,761,193	57,001,562	52,821,647
RCT	6,29	4,29	0,891	0,920,191	1,530,282	1,840,442	4,061,112
RCP	8,12	14,62	2,349	14,442,320	9,391,344	10,031,871	10,802,293

Fonte: Elaboração própria.

A empresa “EXCELSIOR” apresentou Insumos Adquiridos de Terceiros sempre abaixo dos 60% da receita, tendo seu pico em 2015 onde atingiu 59,74% o que acarretou no menor Valor Adicionado a Distribuir encontrado de 40,81%; enquanto a menor porcentagem de IAT foi registrada em 2016 quando atingiu 54,90%, ocasionando um VAD de 44,09% que, embora seja o maior da série, ficou atrás de 2017 na comparação dos períodos, onde atingiu índice de 1,725. A empresa se destacou em distribuição para pessoal, impostos, taxas e contribuições mantendo uma constante com bons resultados, retraindo apenas sua distribuição com capital de terceiros que teve seu menor índice apresentado de 0,191 em 2014.

Tabela 3 – Análise Vertical e Horizontal da DVA da empresa JBS de 2012 a 2017

JBS							
	2012	2013		2014	2015	2016	2017
	AV%	AV%	AH	AV%AH	AV%AH	AV%AH	AV%AH
REC	100,00	100,001,225		100,001,593	100,00 2,152	100,002,251	100,002,148
IAT	82,34	81,931,219		78,601,521	79,25 2,072	80,142,191	77,902,032
VAB	17,66	18,071,254		21,401,930	20,75 2,530	19,862,531	22,102,688
RET	2,10	2,161,263		2,081,578	2,23 2,288	2,602,789	2,712,771
VAL	15,56	15,911,252		19,321,978	18,52 2,562	17,262,496	19,392,676
VAR	2,09	5,943,473		5,163,926	11,95 12,277	2,602,799	1,191,221
VAD	17,66	21,851,516		24,482,209	30,47 3,714	19,862,532	20,582,504
DVA	100,00	100,001,516		100,002,209	100,00 3,714	100,002,532	100,002,504
PES	57,70	44,961,181		39,471,511	33,13 2,133	56,672,487	57,102,478
ITC	13,06	10,281,194		16,702,825	12,56 3,573	6,581,277	13,452,579
RCT	23,63	39,332,523		35,823,348	44,15 6,940	35,103,762	26,442,801
RCP	5,61	5,431,466		8,023,154	10,16 6,723	1,640,741	3,011,344

Fonte: Elaboração própria.

A empresa “JBS” apresentou um grande percentual de Insumos Adquiridos de Terceiros durante toda a série, onde, embora o maior número registrado seja de 82,34% em 2012, todos os outros períodos mostraram índices indicando uma crescente do número absoluto, chegando a 2,191 em

2016. Conseqüentemente ao maior percentual de IAT, registrou o menor Valor Adicionado a Distribuir também em 2012. Já em 2015, apresentou o maior VAD da série de 30,47% e também o maior índice, que chegou em 3,714. Portanto, na sua distribuição para pessoal, houve um destaque para essa classe com o maior percentual em todos os anos em relação às demais distribuições, e um excelente índice na distribuição com capital de terceiros no ano de 2015, atingindo 6,940.

Tabela 4 – Análise Vertical e Horizontal da DVA da empresa MARFRIG de 2012 a 2017

MARFRIG											
	2012	2013		2014		2015		2016		2017	
	AV%	AV%	AH	AV%	AH	AV%	AH	AV%	AH	AV%	AH
REC	100,00	100,00	1,106	100,00	1,286	100,00	1,181	100,00	1,138	100,00	1,125
IAT	65,27	78,01	1,322	72,88	1,435	85,45	1,546	75,84	1,322	77,66	1,338
VAB	34,73	21,99	0,700	27,12	1,004	14,55	0,495	24,16	0,791	22,34	0,723
RET	2,70	2,69	1,103	2,68	1,274	2,17	0,948	2,41	1,013	2,38	0,991
VAL	32,03	19,30	0,666	24,44	0,981	12,38	0,456	21,75	0,773	19,96	0,701
VAR	3,83	6,05	1,744	4,85	1,627	31,14	9,596	10,13	3,007	8,50	2,496
VAD	35,87	25,34	0,781	29,30	1,050	43,52	1,433	31,89	1,011	28,46	0,893
DVA	100,00	100,00	0,781	100,00	1,050	100,00	1,433	100,00	1,011	100,00	0,893
PES	37,21	30,27	0,636	33,97	0,959	25,04	0,964	35,22	0,957	37,81	0,907
ITC	11,32	17,08	1,179	2,21	0,205	0,95	0,121	0,13	0,012	3,23	0,254
RCT	46,90	69,53	1,158	75,09	1,681	80,19	2,450	74,93	1,616	67,16	1,278
RCP	4,56	-16,89	-2,894	-11,28	-2,596	-6,18	-1,942	-10,28	-2,280	-8,20	-1,605

Fonte: Elaboração própria

A empresa “MARFRIG”, embora tenha apresentado o maior valor percentual de Insumos Adquiridos de Terceiros em 2015, chegando até 85,45%, obteve um Valor Adicionado Recebido de Terceiros atípico de 31,14% que elevou seu Valor Adicionado a Distribuir até o maior número da série, batendo 43,52%. Em 2012 registrou o menor IAT da série, 65,27%, porém teve um VAR, de 3,83%, relativo considerado normal com o restante dos períodos, o que não impulsionou seu percentual de VAD desse ano, que ficou em 35,87%, a ser o maior da série. No entanto quando analisamos as variáveis de distribuição, a remuneração com capital de terceiros teve um excelente desempenho principalmente no ano de 2015 atingindo 80,19%, outra área que a empresa contribuiu e manteve um índice estável foi com pessoal, alcançando a casa de 0,964.

Tabela 5 – Análise Vertical e Horizontal da DVA da empresa MINERVA de 2012 a 2017

MINERVA											
	2012	2013		2014		2015		2016		2017	
	AV%	AV%	AH	AV%	AH	AV%	AH	AV%	AH	AV%	AH
REC	100,00	100,00	1,315	100,00	1,699	100,00	2,262	100,00	2,304	100,00	2,882
IAT	89,56	91,36	1,341	91,93	1,744	93,34	2,358	88,89	2,287	88,89	2,860
VAB	10,44	8,64	1,088	8,07	1,313	6,66	1,444	11,11	2,453	11,11	3,067
RET	1,21	1,04	1,131	0,83	1,163	0,78	1,466	0,83	1,575	1,19	2,843
VAL	9,23	7,60	1,082	7,24	1,333	5,88	1,441	10,29	2,568	9,92	3,097
VAR	1,39	0,92	0,876	1,07	1,312	1,11	1,808	1,47	2,437	0,86	1,782
VAD	10,62	8,52	1,055	8,31	1,330	6,99	1,489	11,75	2,551	10,78	2,925
DVA	100,00	100,00	1,055	100,00	1,330	100,00	1,489	100,00	2,551	100,00	2,925

PES	65,81	75,331,208	60,541,224	57,92	1,311	31,55	1,223	34,24	1,522
ITC	-22,27	-24,401,156	-5,560,332	4,75	-0,318	4,59	-0,525	10,30	-1,353
RCT	100,85	115,551,209	115,201,520	157,25	2,322	46,79	1,183	76,88	2,230
RCP	-44,38	-66,491,581	-70,182,104	-119,92	4,024	17,07	-0,981	-21,42	1,412

Fonte: Elaboração própria.

A empresa “MINERVA” registrou altos percentuais de Insumos Adquiridos de Terceiros durante toda a série, chegando até os 93,34% em 2015 e índice de 2,860 em 2017. Quanto ao Valor Adicionado a Distribuir, obteve maior porcentagem em 2016, com 11,75%, porém o maior índice foi registrado também em 2017 chegando a 2,925. Mas na sua distribuição, principalmente com remuneração com capital próprio, obteve percentuais negativos em alguns anos, chegando a 70,18% em 2014, porém com um índice de 4,024 em 2015.

Tabela 6 – Análise Vertical e Horizontal da DVA da empresa MINUPAR de 2012 a 2017

MINUPAR												
	2012		2013		2014		2015		2016		2017	
	AV%		AV%	AH	AV%	AH	AV%	AH	AV%	AH	AV%	AH
REC	100,00		100,00	0,749	100,00	0,632	100,00	0,688	100,00	0,657	100,00	0,628
IAT	85,96		61,99	0,540	55,61	0,409	46,30	0,370	45,40	0,347	62,01	0,453
VAB	14,04		38,01	2,027	44,39	1,997	53,70	2,630	54,60	2,556	37,99	1,698
RET	1,97		2,88	1,095	3,57	1,146	3,25	1,137	3,46	1,155	3,15	1,007
VAL	12,07		35,14	2,179	40,82	2,136	50,45	2,873	51,15	2,785	34,84	1,811
VAR	4,30		5,08	0,886	21,91	3,222	5,53	0,885	3,79	0,579	12,92	1,887
VAD	16,37		40,22	1,840	62,73	2,421	55,98	2,352	54,93	2,206	47,75	1,831
DVA	100,00		100,00	1,840	100,00	2,421	100,00	2,352	100,00	2,206	100,00	1,831
PES	126,72		65,24	0,947	52,15	0,996	62,26	1,155	68,42	1,191	81,73	1,181
ITC	349,58		49,53	0,261	14,28	0,099	12,74	0,086	10,27	0,065	10,08	0,053
RCT	64,92		44,35	1,257	35,27	1,315	34,00	1,232	32,84	1,116	34,62	0,976
RCP	-441,22		-59,12	0,246	-1,70	0,009	-9,00	0,048	-11,53	0,058	-26,43	0,110

Fonte: Elaboração própria.

A empresa “MINUPAR” registrou 85,96%, o maior número percentual, de Insumos Adquiridos de Terceiros logo em 2012, porém o número baixou drasticamente no decorrer dos anos, chegando até os 45,40% em 2016, logo antes de voltar a subir para 62,01% em 2017. Os índices de IAT também mostraram uma queda, indicando números absolutos menores do que em 2012. Influenciado pelo alto IAT de 2012, o seu menor percentual de Valor Adicionado a Distribuir, 16,37%, também foi registrado no início da série, enquanto a maior porcentagem e índice de VAD foram apresentados em 2014, onde ficaram 62,73% e 2,421 respectivamente.

A empresa evidenciou em sua distribuição nos setores de pessoal, imposto, taxas, contribuições e remuneração de capital de terceiros um percentual bom e manteve seus índices dentro da normalidade, ao contrário dos demais setores a remuneração com capital próprio apresentou percentuais negativos e índices muito baixo.

4.2 INDICADORES

Uma forma de otimizar a interpretação dos dados encontrados com a realização da Análise Vertical e Análise Horizontal é relacionar grandezas de forma a encontrar indicadores que acabam sendo uma importante ferramenta na comparação dos dados das entidades. Uma vez que o objetivo principal da DVA é a demonstração da formação da riqueza bem como sua distribuição, é natural o agrupamento dos indicadores na mesma ordem.

4.2.1 INDICADORES DE FORMAÇÃO DE RIQUEZA

Para trabalhar a questão da formação de riqueza proporcionada pelas entidades, foram utilizados alguns indicadores que buscam evidenciar de forma vertical a estruturação da receita e sua evolução ao longo dos anos.

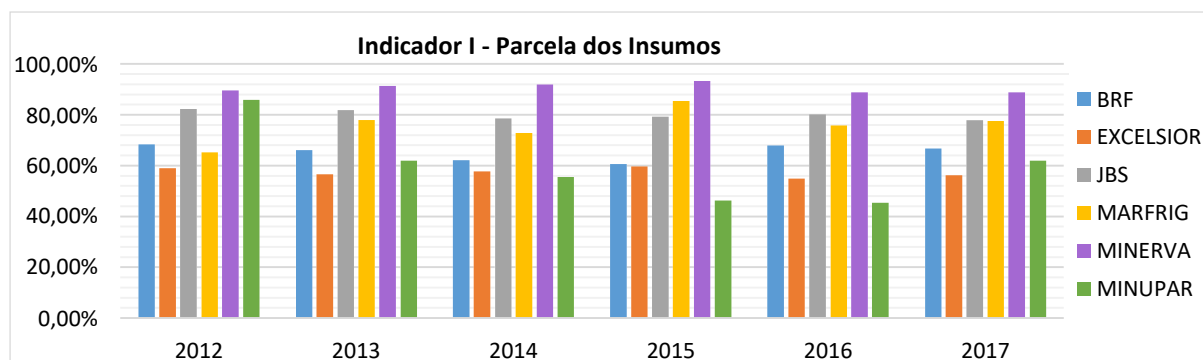
4.2.1.1 INDICADOR I – PARCELA DOS INSUMOS

O Indicador I visa demonstrar a porcentagem das receitas empregadas na aquisição de matérias-primas consumidas, custo das mercadorias e dos serviços vendidos (excetuando os gastos com pessoal), custo de materiais, energia e/ou serviços de terceiros. Os resultados encontrados estão evidenciados na *Figura 1* e foram calculados utilizando a fórmula:

Insumos Adquiridos de Terceiros

Receitas Totais

Figura 1 – Participação dos insumos na formação da riqueza das empresas destacadas de 2012 a 2017



Fonte: Elaboração própria.

Dado que um maior valor percentual refere-se a um maior custo relativo, tem-se que porcentagens menores seriam mais satisfatórias inferindo uma situação financeiramente saudável da entidade. Assim sendo, a empresa “EXCELSIOR” destaca-se pela consistência de percentuais baixos, enquanto a empresa “MINERVA” demonstra uma alta porcentagem das receitas empregadas em

insumos adquiridos de terceiros.

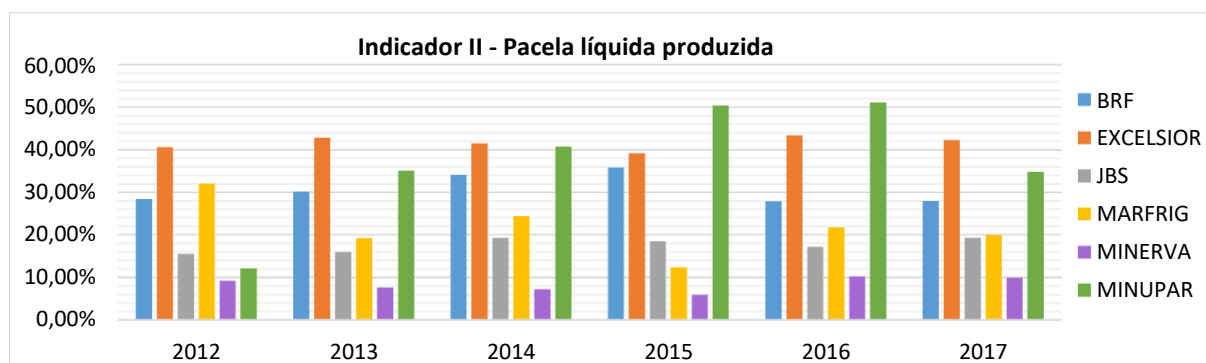
Todas as empresas mantiveram uma certa regularidade no decorrer dos anos, onde a única variação notável aconteceu de 2012 a 2013 na empresa “MINUPAR” que diminuiu de 85,96% para 61,99% a porcentagem de receitas destinadas aos insumos, chegando a alcançar 45,40%, menor índice encontrado, em 2016.

4.2.1.2 Indicador II – Parcela líquida produzida

O Indicador II visa demonstrar qual porcentagem das receitas representa o valor adicionado líquido produzido pela entidade, desconsiderando o valor adicionado recebido em transferência. Os resultados encontrados estão evidenciados na *Figura 2* e foram calculados utilizando a fórmula:

$$\frac{\text{Valor Adicionado Líquido Produzido}}{\text{Receitas Totais}}$$

Figura 2 – Parcela da receita produzida pelas empresas destacadas de 2012 a 2017



Fonte: Elaboração própria.

Considera-se que quanto maior o percentual, maior mostra-se a capacidade da entidade em produzir valor por meio de suas atividades. Dessa forma, mantendo a consistência destacada no Indicador I, a empresa “EXCELSIOR” demonstra uma boa capacidade relativa de produzir valor; enquanto que a empresa “MINERVA”, por ter altos percentuais destinados à aquisição de insumos, pouco produz relativamente às receitas totais. Embora a empresa “MINUPAR” não tenha bons números relativos em 2012, conseguiu manter uma boa sequência, atingindo picos notáveis em 2015 e 2016 quando passou dos 50% de receita sendo valor adicionado líquido produzido pela própria entidade.

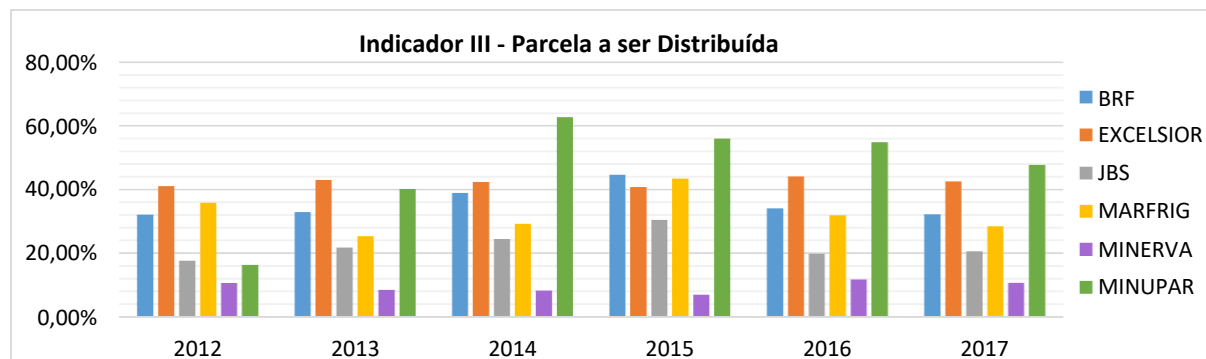
4.2.1.3 Indicador III – Parcela a ser distribuída

O Indicador III visa demonstrar qual porcentagem das receitas representa o valor adicionado total

a ser distribuído pela entidade. Os resultados encontrados estão evidenciados na *Figura 3* e foram calculados utilizando a fórmula:

$$\frac{\text{Valor Adicionado Total a Distribuir}}{\text{Receitas Totais}}$$

Figura 3 – Parcela da receita a ser distribuída pelas empresas destacadas de 2012 a 2017



Fonte: Elaboração própria.

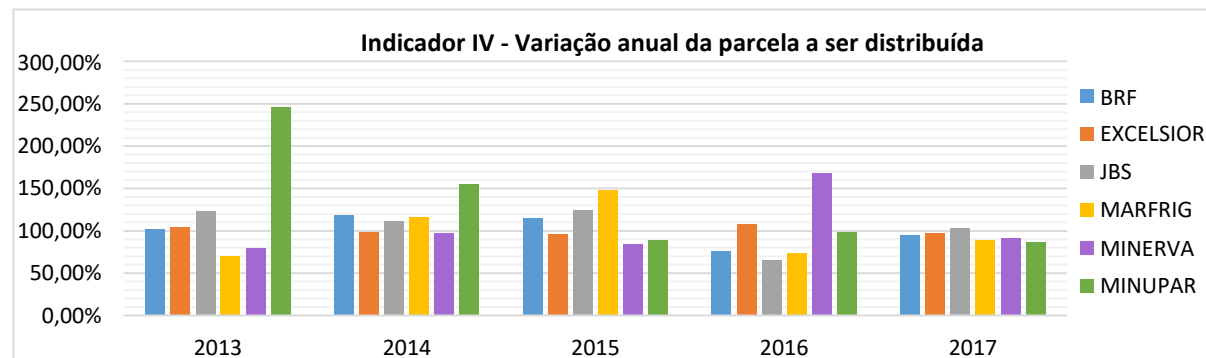
Observa-se que quanto maior for a porcentagem encontrada, maior será a quantidade relativa de riqueza a ser distribuída pela entidade, podem ser destacadas as empresas “MINUPAR”, que ultrapassou a barreira dos 60% em 2014, e a empresa “EXCELSIOR” que mantém uma constância relativamente boa. Como contraponto, destaca-se negativamente a empresa “MINERVA” que entre 2013 e 2015 obteve números abaixo dos 10% (8,52%, 8,31% e 6,99% respectivamente).

4.2.1.4 INDICADOR IV – VARIAÇÃO ANUAL DA PARCELA A SER DISTRIBUÍDA

O Indicador IV visa demonstrar a variação anual do valor adicionado total a ser distribuído pela entidade em relação ao total de suas receitas. Os resultados encontrados estão evidenciados na *Figura 4* e foram calculados utilizando a fórmula:

$$\frac{\text{Valor Adicionado Total a Distribuir Atual} \div \text{Receita Total Atual}}{\text{Valor Adicionado Total a Distribuir Anterior} \div \text{Receitas Total Anterior}}$$

Figura 4 – Variação anual da parcela da receita a ser distribuída pelas empresas destacadas de 2012 a 2017



Fonte: Elaboração própria.

Usando o ano de 2012 como base, o índice considera a porcentagem em relação ao ano anterior, sendo um número maior que 100% mostrando uma evolução, enquanto números menores que 100% demonstram uma involução. Dessa forma, até por resultados ruins em 2012, a empresa “MINUPAR” demonstra um notório crescimento em 2013, atingindo 245,71% e conseguindo ainda manter-se evoluindo em 2014, onde atingiu 155,95% em relação ao já excelente 2013. Cabe ressaltar o ano de 2016, onde a empresa “MINERVA” que vinha de constantes quedas (80,27%, 97,55% e 84,07%) obteve um crescimento de 168,15%. Processo esse que foi o contrário do qual a JBS passou, vindo de constante crescimento (123,73%, 112,07% e 124,44%) alcançou apenas 65,18% no referido ano.

4.2.2 INDICADORES DE DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA

Destacado o processo de criação da riqueza das entidades, resta-nos verificar como se deu a distribuição dessa riqueza. Para melhor observar como foi destinada utilizaram-se alguns indicadores, os quais evidenciaram a realidade das distribuições feitas pelas empresas aos diversos setores que compõe a estrutura de destinação, bem como sua evolução ao longo dos períodos.

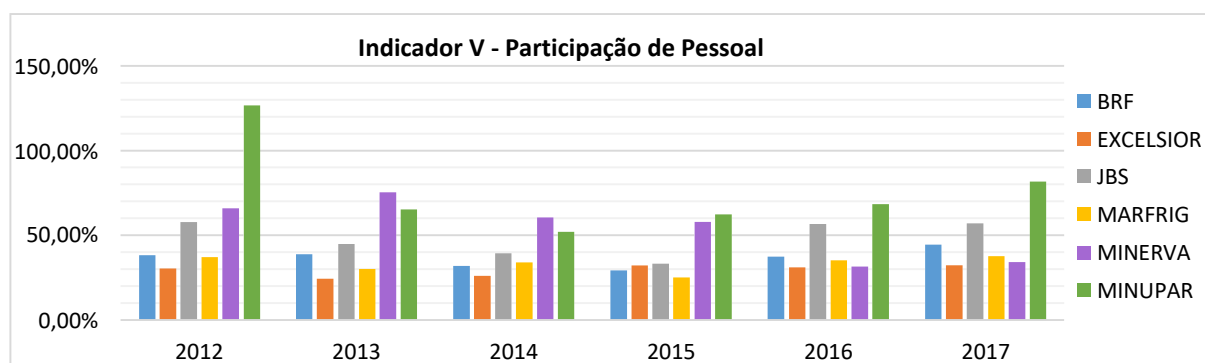
4.2.2.1 INDICADOR V – PARTICIPAÇÃO DE PESSOAL

O Indicador V visa demonstrar quanto da distribuição do valor adicionado gerado pela entidade foi destinado aos empregados e encargos, seja como remuneração direta, benefícios e/ou FGTS. Os resultados encontrados estão evidenciados na *Figura 5* e foram calculados utilizando a fórmula:

$$\frac{\text{Pessoal}}{\text{Distribuição do Valor Adicionado}}$$

Distribuição do Valor Adicionado

Figura 5 – Parcela da riqueza referente ao pessoal distribuída pelas empresas destacadas de 2012 a 2017



Fonte: Elaboração própria.

Em 2012 a empresa “MINUPAR” apresentou um percentual distribuído com pessoal e encargos de

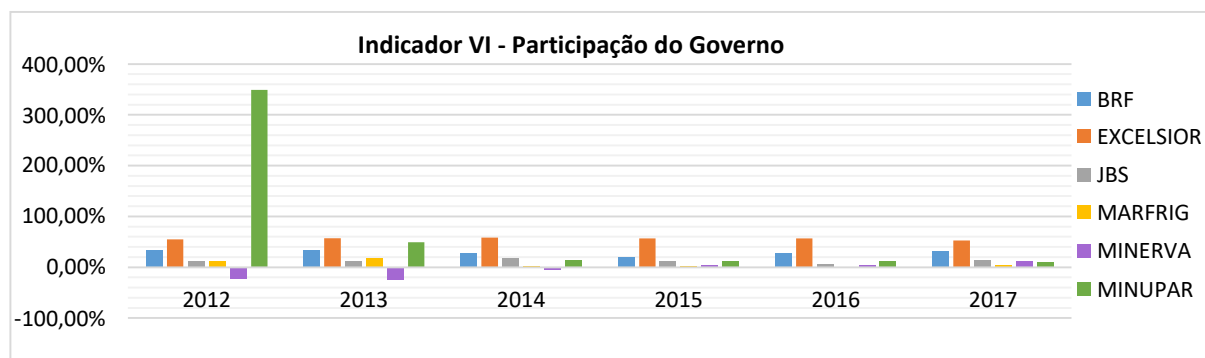
126,72%, sendo maior do que a própria Distribuição do Valor Adicionado, o que sugere não ter sido capaz de gerar riquezas suficientes para arcar com suas obrigações. Porém, esse número caiu drasticamente nos anos seguintes, estabilizando, até voltar a subir em 2017, onde atingiu 81,73%. Vale ressaltar que a “MINERVA” apresentava, no início do período, altos percentuais de participação de pessoal, reduzindo em 2016 e 2017, com 31,55% e 34,24% respectivamente.

4.2.2.2 INDICADOR VI – PARTICIPAÇÃO DO GOVERNO

O Indicador VI visa demonstrar quanto da distribuição do valor adicionado gerado pela entidade foi destinado ao governo, seja como impostos, taxas e/ou contribuições. Os resultados encontrados estão evidenciados na *Figura 6* e foram calculados utilizando a fórmula:

$$\frac{\text{Impostos, Taxas e Contribuições}}{\text{Distribuição do Valor Adicionado}}$$

Figura 6 – Parcela da riqueza referente ao governo distribuída pelas empresas destacadas de 2012 a 2017



Fonte: Elaboração própria.

A empresa “MINUPAR” registrou um percentual distribuído ao governo de 349,58%, sendo bem superior ao total da Distribuição do Valor Adicionado. Porém, nota-se que o percentual foi atípico quando comparado aos valores de seus próximos períodos (49,53%, 14,28%, 12,74%, 10,27% e 10,08% respectivamente), indicando alguma situação anormal no referido ano.

Em contrapartida, empresa “MINERVA” apresentou percentuais negativos de distribuição ao governo nos três primeiros anos da série (-22,27%, -24,40% e -5,56% respectivamente), o que sugere ter se beneficiado de um possível diferimento de tributos. A empresa “EXCELSIOR” embora apresente durante todos os anos percentuais relativamente altos (55,30%, 56,81%, 58,59%, 56,76%, 57,00% e 52,82% respectivamente), mostrou poucas oscilações, indicando não interferir negativamente no desenvolvimento das atividades.

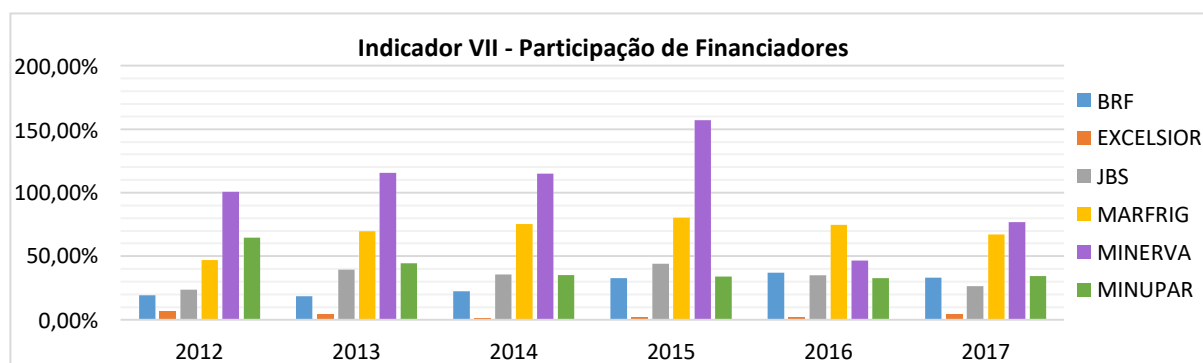
4.2.2.3 INDICADOR VII – PARTICIPAÇÃO DE FINANCIADORES

O Indicador VII visa demonstrar quanto da distribuição do valor adicionado gerado pela entidade foi destinado aos financiadores, seja como juros, aluguéis e/ou outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros. Os resultados encontrados estão evidenciados na *Figura 7* e foram calculados utilizando a fórmula:

Remuneração de Capitais de Terceiros

Distribuição do Valor Adicionado

Figura 7 – Parcela da riqueza referente aos financiadores distribuída pelas empresas destacadas de 2012 a 2017



Fonte: Elaboração própria.

A empresa “EXCELSIOR” registrou números relativamente baixos de distribuição aos financiadores, sempre abaixo dos 10% (chegando a atingir 0,92% em 2014, 1,53% em 2015 e 1,84% em 2016), indicando pouca utilização de capital de terceiros na estruturação de seu negócio. Enquanto na empresa “MINERVA” ficou evidente a distribuição do valor adicionado gerada nos anos de 2012 a 2015 e destacando-se este último ano um percentual superior a 100% com relação às demais empresas decorrente da distribuição elevada de seus recursos a título de “juros financeiros”, afetadas em parte por uma alta devida pela variação cambial de controladas existentes fora do país, o que pode evidenciar um alto grau de endividamento, mas que de certa forma afetou o resultado da empresa que apresentou um prejuízo acentuado.

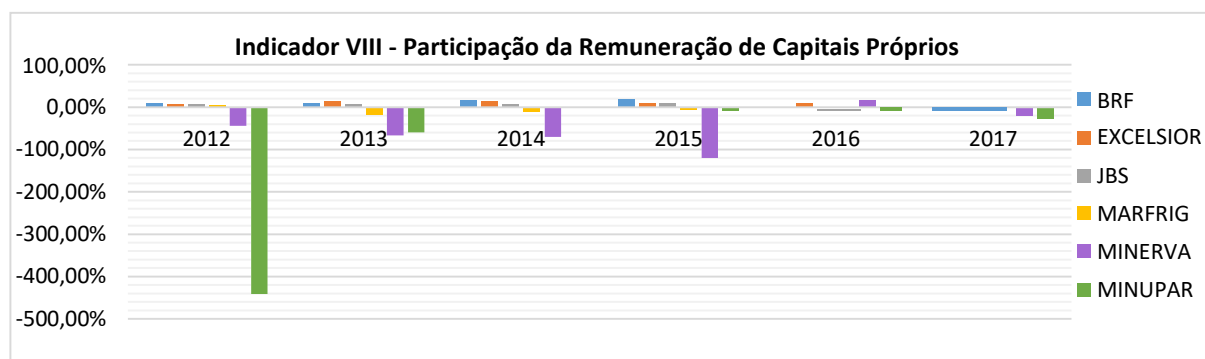
4.2.2.4 INDICADOR VIII – PARTICIPAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS

O Indicador VIII visa demonstrar quanto da distribuição do valor adicionado gerado pela entidade foi destinado a remuneração de capitais próprios, seja como juros sobre o capital próprio, dividendo e/ou lucros retidos ou prejuízos do exercício. Os resultados encontrados estão evidenciados na *Figura 8* e foram calculados utilizando a fórmula:

Remuneração de Capitais Próprios

Distribuição do Valor Adicionado

Figura 8 – Parcela da riqueza referente aos acionistas distribuída pelas empresas destacadas de 2012 a 2017



Fonte: Elaboração própria.

Nota-se a disparidade negativa que apresentou a empresa “MINUPAR” em 2012, atingindo a porcentagem de -441,22%, demonstrando um enorme prejuízo, que já era sugerido pelos indicadores anteriores. Prejuízo esse que, embora em escala bem inferior, foi estendido a todo o período abordado. A empresa “EXCELSIOR” apresentou novamente bons percentuais quando comparado com as outras empresas, mantendo uma média superior a 11%, indicando bons lucros relativos. E a empresa “JBS” não apresentou números negativos na série, embora os números demonstraram uma queda brusca nos lucros de 2016 e 2017.

As demais empresas demonstraram percentuais negativos em parte do período abordado, indicando uma crise no setor. A empresa “BRF”, que vinha em crescimento relativo de 2012 até 2015, apresentou uma forte queda em 2016, registrando o primeiro ponto negativo de sua série, -2,80%. Em contrapartida, a empresa “MINERVA”, que vinha desde 2012 com uma queda relativa cada vez maior na porcentagem, atingindo -119,92% em 2015, conseguiu reverter o cenário em 2016, onde registrou o único número positivo de 17,07% em sua série.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme abordado, o Brasil tem um papel de destaque no setor de carnes, sendo importante entender como está estruturado a geração de riqueza das empresas listadas pela B3 e como elas distribuem essa riqueza na sociedade em que estão inseridas. Partindo da Demonstração do Valor Adicionado apresentada por cada empresa, foi efetuado a Análise Vertical e Análise Horizontal de cada demonstração, complementadas pela utilização de indicadores, tornando possível uma comparação mais eficiente.

Os dados encontrados mostraram que a empresa “EXCELSIOR” apresentou os menores valores relativos em Insumos Adquiridos de Terceiros, que ocasionaram maiores porcentagens de Valores

Adicionados a Distribuir em relação às receitas obtidas, o que sugere uma melhor capacidade relativa de gerar riqueza na série destacada. Enquanto a empresa “MINERVA”, também influenciada pelos Insumos Adquiridos de Terceiros, porém de forma negativa dado os altos valores apresentados, obteve um percentual de Valor Adicionado a Distribuir muito baixo, indicando dificuldade relativa em gerar riqueza.

Vale ressaltar também a empresa “MINUPAR” que, embora tenha começado a série com números baixos, alcançou os maiores números relativos de Valor Adicionado a Distribuir, inferindo uma melhora considerável nos percentuais de receita que foram distribuídos aos diversos setores da sociedade.

Quando analisados esses dados da distribuição da riqueza gerada, já nos primeiros indicadores, tanto na participação de pessoal quanto na participação do governo, era apresentado um eventual prejuízo em 2012 da empresa “MINUPAR” que veio a se confirmar ao analisar o indicador de Remuneração do Capital Próprio. Ainda com os dados deste indicador, ficou nítido uma crise no setor, onde muitas empresas apresentaram prejuízos durante boa parte do período abordado. Sendo “EXCELSIOR” e “JBS” as únicas empresas livres dessas marcas negativas, embora a “JBS” tenha visto seu lucro diminuir consideravelmente no fim do período.

Pode-se também comentar sobre a estruturação do capital das empresas abordadas, onde o indicador de Remuneração de Capital de Terceiros sugere que a empresa “EXCELSIOR” apresenta relativamente pouco financiamento de terceiros em comparação com o restante do setor. Cabe destacar que o enfoque deste artigo está nos números relativos para fins de comparação entre as empresas do setor, porém uma porcentagem maior não significa um número absoluto maior. Assim como, uma empresa menor, teoricamente, consegue gerir melhor seus recursos em comparação a uma empresa gigante.

Assim sendo, cabem novos estudos na área, incluindo novos indicadores, ampliando a amostra, podendo trabalhar com números absolutos e levando em consideração a diferença de tamanho das empresas quanto a sua participação no setor, de forma a complementar as pesquisas sobre o tema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSAF NETO, Alexandre. Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro. 8ª edição, São Paulo: Atlas, 2006.
- B3 – Brasil, Bolsa, Balcão. Disponível em: http://www.b3.com.br/pt_br/. Acesso em 17 ago. 2018.
- BRAGA, Hugo Rocha. Demonstrações Contábeis: estrutura, análise e interpretação. 7ª edição, São Paulo: Atlas, 2012.

BRASIL. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976 [...]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 13 ago. 2018.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do valor adicionado. 2008. Disponível em: <http://www.cpc.org.br>. Acesso em: 13 ago. 2018.

CUNHA, Jacqueline V. A. da Cunha; RIBEIRO, Maisa de Souza; SANTOS, Ariovaldo dos. A demonstração do valor adicionado como instrumento de mensuração da distribuição da riqueza. *Revista Contabilidade & Finanças – USP*, Edição n. 37, p. 7-23. São Paulo. jan./abr. 2005.

DE LUCA, M. M. M. Demonstração do valor adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB. 2ª edição, São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. HENDRIKSEN, Eldon S. *Accounting Theory*. 4ª edição, Homewood: Richard D. Irwin, 1982

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010. Disponível em <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 ago. 2018

_____. Censo Agro 2017. Disponível em <https://censoagro2017.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 ago. 2018.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/> . Acesso em 19 de Ago. de 2018.

MATARAZZO, Dante Carmine. *Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial*. 7ª edição, São Paulo: Atlas, 2010.

SANTOS, A. *Demonstração do valor adicionado: como elaborar e analisar a DVA*. São Paulo: Atlas, 2003.